**ANEXO II - PROPOSTA FINANCEIRA**

NOME DO LICITANTE: (...)

ENDEREÇO COMPLETO: (...)

TELEFONE: (...)

E-MAIL: (...)

O (NOME DO LICITANTE), CNPJ nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), apresenta a PROPOSTA DE PREÇOS, relativa à execução do objeto do Leilão nº 003/2024 - PMBC.

|  |
| --- |
| O valor total da outorga é de (VALOR EM ALGARISMOS) (VALOR POR EXTENSO).  Valor de locação/m2 x área concedida x 12 meses do ano x 20 anos de concessão = valor referencial do contrato |

O Concessionário é responsável por quaisquer despesas que incidam ou venham incidir sobre a execução integral do contrato, o que inclui, mas não se limita, a todos os custos e despesas relativos a seguros, materiais e serviços gerais aplicados direta ou indiretamente, transportes de máquinas e equipamentos, contrapartidas, bem como de pessoal dentro ou fora do município, ensaios, testes e demais provas exigidas, impostos e taxas que possam influir direta ou indiretamente nos custos da execução do contrato, não havendo qualquer valor a ser exigido do Poder Concedente.

O prazo de Concessão do objeto é de 20 (vinte) anos, a contar da data do instrumento contratual, admitida sua prorrogação por igual período, na forma da [Lei Municipal nº 4.903, de 21 de maio de 2024](https://leismunicipais.com.br/a1/sc/b/balneario-camboriu/lei-ordinaria/2024/491/4903/lei-ordinaria-n-4903-2024-autoriza-o-chefe-do-poder-executivo-municipal-a-firmar-contrato-de-concessao-de-uso-do-estadio-municipal-eduardo-zeferino-para-exploracao-na-forma-que-especifica-e-da-outras-providencias?q=Lei%20Municipal%20n%BA%204.903).

O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, tendo por termo inicial a data da sessão de abertura da licitação, suspendendo-se este prazo em caso de recurso administrativo ou judicial.

Em sendo o licitante declarado vencedor e adjudicado o objeto licitado, fica designado como seu representante para assinatura do contrato o Sr. (NOME COMPLETO), portador da carteira de identidade nº (...), expedida pela (ÓRGÃO EMISSOR), inscrito no CPF sob o nº (...).

Local e data

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica)

Empresa

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

NOME DO LICITANTE: (...)

ENDEREÇO COMPLETO: (...)

TELEFONE: (...)

E-MAIL: (...)

O (NOME DO LICITANTE), CNPJ/CPF nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

1. Não possuir proprietário, sócio ou empregado que seja servidor ou agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

2.Não possuir proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Por fim, DECLARA que comunicará qualquer ocorrência posterior que modifique as declarações aqui prestadas, ciente de que a declaração falsa ou a não comunicação de qualquer ocorrência posterior que modifique as declarações aqui prestadas o sujeitará à declaração de inidoneidade na forma da [Lei Federal nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm,) e multa, sem prejuízo das demais cominações legais.

Local e data

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica)

Empresa

**ANEXO IV - TERMO DE ANUÊNCIA PARA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO**

NOME DO LICITANTE: (...)

ENDEREÇO COMPLETO: (...)

TELEFONE: (...)

E-MAIL: (...)

(NOME DO LICITANTE), CPF/CNPJ nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

1. Que autoriza e concorda com o recebimento das citações e intimações exclusivamente por meio eletrônico em eventual processo administrativo de apuração de responsabilidade e penalização pela prática de atos irregulares em processos licitatórios, contratos administrativos ou documento de vínculo obrigacional para com o Município de Balneário Camboriú.

2. Estar ciente de que todos os atos processuais serão digitais e em formato eletrônico, por meio da plataforma 1Doc ou de nova plataforma eletrônica que venha a substituí-la.

3. Estar ciente de que as citações e intimações serão consideradas como válidas no momento em que a plataforma registrar o recebimento e a leitura do e-mail.

4. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, incluindo a alteração do endereço eletrônico informado quando da licitação.

Local e data

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica)

Empresa

**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CF/88**

NOME DO LICITANTE: (...)

ENDEREÇO COMPLETO: (...)

TELEFONE: (...)

E-MAIL: (...)

(NOME DO LICITANTE), CPF/CNPJ nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

Que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, cumprindo integralmente a norma contida no [art. 7°, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm), ciente de que a declaração falsa ou a não comunicação de qualquer ocorrência posterior que modifique as declarações aqui prestadas o sujeitará à declaração de inidoneidade na forma da [Lei Federal nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm,) e multa, sem prejuízo das demais cominações legais.

RESSALVA:

( ) Emprega menor de idade, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Local e data

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica)

Empresa

**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS**

NOME DO LICITANTE: (...)

ENDEREÇO COMPLETO: (...)

TELEFONE: (...)

E-MAIL: (...)

(NOME DO LICITANTE), CPF/CNPJ nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

Ter pleno conhecimento de todas as informações previstas nos documentos que instruem o Leilão nº 003/2024 - PMBC, condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos para o pleno cumprimento das obrigações e adequada execução do contrato objeto desta licitação, não podendo alegar posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

Por fim, DECLARA conhecer e concordar com todas as obrigações e exigências previstas no instrumento convocatório e nos demais documentos que integram o processo licitatório, não podendo alegar posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

Local e data

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica)

Empresa

**ANEXO VII - DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO**

NOME DO LICITANTE: (...)

ENDEREÇO COMPLETO: (...)

TELEFONE: (...)

E-MAIL: (...)

(NOME DO LICITANTE), CPF/CNPJ nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

**1.** Estar ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto da presente licitação e futuro contrato, comprometendo-se a abster-se de praticar atividades que constituam uma violação das disposições destas regras anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários, empregados e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

**2.** Não praticar atos lesivos à Administração Pública de Balneário Camboriú/SC, para os fins da legislação pertinente, que atentem contra o seu patrimônio, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos assumidos, assim definidos:

**2.1.** Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

**2.2.** Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

**2.3.** Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

**2.4.** Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

**2.5.** Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

**2.6.** Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Administração Pública de Balneário Camboriú/SC, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

**2.7.** Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública de Balneário Camboriú/SC.

**3.** A empresa declara, ainda, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que a Administração Pública de Balneário Camboriú/SC terá o direito de realizar procedimento de auditoria para se certificar da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta declaração.

Local e data

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica)

Empresa

**ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO E CUMPRIMENTO À LEI ANTICORRUPÇÃO E AO CÓDIGO DE CONDUTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**

NOME DO LICITANTE: (...)

ENDEREÇO COMPLETO: (...)

TELEFONE: (...)

E-MAIL: (...)

(NOME DO LICITANTE), CPF/CNPJ nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

**1.** Conhecer e cumprir o previsto na [Lei Federal nº 12.846/2013](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm) (Lei Anticorrupção) e no [Decreto Federal nº 11.129/2022](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11129.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.129%2C%20DE%2011%20DE%20JULHO%20DE%202022&text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%2012.846,administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica%2C%20nacional%20ou%20estrangeira.), sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra a Administração Pública de Balneário Camboriú/SC, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado.

**2.** Conhecer os princípios, os valores éticos e as normas estabelecidas pelo Código de Conduta da Administração Pública de Balneário Camboriú/SC, vigente ao tempo da contratação, comprometendo-me, neste ato, com sua observância e acatamento, sendo que todos os profissionais envolvidos na execução na fase de contratação e execução do objeto licitado, pautando seu comportamento e sua atuação na condução dos negócios, nas ações e nos relacionamentos com os interlocutores internos e externos, pelos princípios e pelos valores neles constantes, com vistas à erradicar as práticas ilegais, imorais e antiéticas.

**3.** Que obteve acesso ao [Anexo A do Código de Conduta do Decreto Municipal nº 10.809/2022](https://leismunicipais.com.br/a1/sc/b/balneario-camboriu/decreto/2022/1081/10809/decreto-n-10809-2022-institui-e-disciplina-o-programa-de-compliance-no-ambito-do-poder-executivo-do-municipio-de-balneario-camboriu-sc-e-da-outras-providencias?q=10809), vigente ao tempo de contratação.

Local e data

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica)

Empresa

**ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

NOME DO LICITANTE: (...)

ENDEREÇO COMPLETO: (...)

TELEFONE: (...)

E-MAIL: (...)

(NOME DO LICITANTE), CPF/CNPJ nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

Que até a presente data está classificada como:

( ) MICROEMPRESA, conforme o [art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp123.htm).

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme o [art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp123.htm).

Ainda, declara ainda que cumpre todos os requisitos legais para a qualificação acima, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp123.htm), em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido na referida Lei, e que está excluída das vedações constantes no art. 3º, § 4º.

Por fim, declara estar ciente de que a declaração falsa ou a não comunicação de qualquer ocorrência posterior que modifique as declarações aqui prestadas o sujeitará à declaração de inidoneidade na forma da [Lei Federal nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm,) e multa, sem prejuízo das demais cominações legais.

Local e data

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica)

Empresa

**ANEXO X - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

NOME DO LICITANTE: (...)

ENDEREÇO COMPLETO: (...)

TELEFONE: (...)

E-MAIL: (...)

(NOME DO LICITANTE), CPF/CNPJ nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

**1.** Não estar inserido em qualquer um dos casos de impedimento previstos no Edital.

**2.** Que até a presente data inexiste fato impeditivo para sua participação ou habilitação no presente processo licitatório.

**3.** Estar ciente da obrigatoriedade de comunicar qualquer ocorrência posterior que modifique as declarações aqui prestadas.

Por fim, DECLARA estar ciente de que a declaração falsa ou a não comunicação de qualquer ocorrência posterior que modifique as declarações aqui prestadas o sujeitará à declaração de inidoneidade na forma da [Lei Federal nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm,) e multa, sem prejuízo das demais cominações legais.

Local e data

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica)

Empresa

**ANEXO XI - MINUTA DE TERMO DE CONCESSÃO DE USO**

*Concessão de Uso a título oneroso do imóvel do Estádio Municipal Eduardo Zeferino.*

O **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.285/0001-07, situado na Rua Dinamarca, nº 320, Bairro das Nações, CEP 88.338-900, doravante denominado **PODER CONCEDENTE** ou **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **FABRICIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA**, portador da carteira de identidade nº 3235003, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF nº 974.418.059-53, e a empresa **\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\***, inscrita no CNPJ sob nº \*\*.\*\*\*.\*\*\*/\*\*\*-\*\*, situada na Rua \*\*\*\*\*\*\*\*, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, representada pelo Sr. **\*\*\*\*\*\*\*\***, inscrito no CPF sob nº \*\*\*.\*\*\*.\*\*\*-\*\*, celebram este Termo de Concessão de Uso, vinculado ao edital da **LEILÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024 - PMBC**, regido pelas [Lei Federal nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm), [Lei Municipal nº 4.903/2024](https://leismunicipais.com.br/a1/sc/b/balneario-camboriu/lei-ordinaria/2024/491/4903/lei-ordinaria-n-4903-2024-autoriza-o-chefe-do-poder-executivo-municipal-a-firmar-contrato-de-concessao-de-uso-do-estadio-municipal-eduardo-zeferino-para-exploracao-na-forma-que-especifica-e-da-outras-providencias?q=4903%2F2024) e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto do presente Termo de Concessão, a concessão de uso, a título oneroso, para gestão e implantação de melhorias no “Estádio Municipal Eduardo Zeferino”, localizado na Rua México, no Bairro das Nações, mediante licitação na modalidade Leilão Eletrônico, por prazo de até 20 (vinte) anos, admitida sua prorrogação por no máximo igual período, na forma da legislação, nas condições ajustadas neste termo.

**1.1.1.** Após a assinatura do Termo de Concessão, deverá ser averbada a escritura pública ou Termo de Concessão junto ao registro imobiliário do imóvel.

**1.2.** A área a ser concedida corresponde a 27.264,00m² (vinte e sete mil duzentos e sessenta e quatros metros quadrados), conforme definição dos espaços.

**Parágrafo único.** Integram e completam o presente contrato como se transcritos estivessem obrigando as partes em todos os seus termos, o edital da **LEILÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024 - PMBC**, Termo de Referência e demais documentos que integram o processo licitatório de origem e a proposta declarada vencedora.

**CLÁUSULA SEGUNDA – MODO, FORMA E CONDIÇÕES DA CONCESSÃO E PARA A ASSINATURA DO CONTRATO**

**2.1.** Compete à CONCESSIONÁRIA a implantação, reforma, total revitalização e manutenção do equipamento de esporte e lazer, bem como a gestão e a exploração comercial de toda a área concedida.

**2.2.** A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a implantar uma pista de atletismo em terreno designado pela Prefeitura Municipal, como parte das melhorias a serem realizadas no Estádio Municipal.

**2.2.1.** A construção da pista de atletismo deverá ocorrer dentro do prazo estipulado para as demais melhorias e está sujeita à aprovação do PODER CONCEDENTE. Essa medida visa promover a prática esportiva do atletismo.

**2.3.** Todas as despesas decorrentes da presente CONCESSÃO se darão por conta e risco da CONCESSIONÁRIA, não cabendo ao mesmo, qualquer pleito de participação ou indenização por parte do MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATIVIDADES**

**3.1.** As atividades que poderão ser desenvolvidas no Estádio Municipal, mediante exploração comercial, são as seguintes:

**a)** Partidas de futebol;

**b)** Campeonatos esportivos organizados pela Administração Municipal;

**c)** Eventos de cunho comunitário/social;

**d)** Shows de artistas de grande expressão nacional e internacional;

**e)** Restaurante;

**f)** Camarotes;

**g)** Quiosques;

**h)** Comércio de gêneros alimentícios, bebidas, suvenir e fotografias;

**i)** Estacionamento;

**j)** Outras atividades que estejam relacionadas ao esporte, preservação ambiental, educação, turismo e entretenimento, mediante as prerrogativas indicadas pelo PODER CONCEDENTE, regulamentadas por meio de Decreto Municipal.

**3.2.** A CONCESSIONÁRIA poderá comercializar direitos à denominação (*naming rights*), com a autorização expressa do PODER CONCEDENTE.

**a)** Fica proibido qualquer tipo de publicidade de tabagismo, drogas ou hormônios, ou que incitem a violência ou a sexualidade e que façam apologia ao crime;

**b)** Deve haver a compatibilidade entre o nome adotado e a imagem intrínseca do bem público em questão e a função administrativa em geral;

**c)** É vedado a utilização de denominação e/ou imagens que envolvam opções política, ideológicas e religiosas;

**d)** Fica sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a obtenção das licenças e demais intervenções obrigatórias no Estádio Municipal para a realização da implantação, melhorias e manutenção dos equipamentos, bem como demais autorizações que se fizerem necessárias durante a vigência da CONCESSÃO.

**3.3.** As atividades desempenhadas no Estádio Municipal devem respeitar o fim a que se destinam o espaço público, sob a fiscalização permanente da Administração Municipal.

**3.4.** A CONCESSIONÁRIA, responsável pela gestão do Estádio Municipal, poderá contratar funcionários e prestadores de serviços, desde que respeitadas as normas trabalhistas, sob sua total responsabilidade o pagamento dos respectivos encargos.

**3.5.** Toda e qualquer venda de produtos e serviços na área da CONCESSÃO, somente poderá ser realizada com a autorização prévia da CONCESSIONÁRIA, observando-se os ditames da [Lei municipal nº 4.903, de 21 de maio de 2024](https://leismunicipais.com.br/a1/sc/b/balneario-camboriu/lei-ordinaria/2024/491/4903/lei-ordinaria-n-4903-2024-autoriza-o-chefe-do-poder-executivo-municipal-a-firmar-contrato-de-concessao-de-uso-do-estadio-municipal-eduardo-zeferino-para-exploracao-na-forma-que-especifica-e-da-outras-providencias?q=4903%2F2024) e legislações correlatas.

**3.6.** Toda e qualquer intervenção deverá ser autorizada previamente pelo PODER CONCEDENTE, ficando todas as despesas decorrentes da CONCESSÃO, por conta e risco da CONCESSIONÁRIA, não cabendo ao mesmo tempo, qualquer pleito de participação ou indenização por parte do MUNICÍPIO.

**3.7.** A gestão do Estádio Municipal será exercida pela CONCESSIONÁRIA, legalmente constituída, cujas atividades estejam relacionadas ao turismo, preservação ambiental, educação, esporte e entretenimento, mediante a prerrogativas indicadas pela Administração Pública.

**3.8.** O projeto a ser desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA deverá observar as normas gerais de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, bem como promover uma estrutura adequada com banheiros para utilização por todos os usuários, observando a ABNT NBR 9050:2020 ou outra que vier a substituí-la.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO DA OUTORGA DA CONCESSÃO**

**4.1.** Com base na proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA, o valor global da remuneração pela Concessão de Uso, pelo prazo de 20 (vinte) anos,importa emR$ \*\*.\*\*\*.\*\*\*,\*\* (\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*), cujo pagamento deverá ser feito da seguinte forma:

**4.1.1.** O pagamento do valor apresentado na proposta para a concessão será anual, devendo ser efetuado na proporção de R$ \*\*.\*\*\*.\*\*\*,\*\* (\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*).

**4.1.2.** O pagamento da CONCESSÃO corresponderá ao valor de R$ \*\*.\*\*\*.\*\*\*,\*\* (\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*).

**4.1.** O lance apresentado na proposta vencedora será devido na forma do subitem 4.2 e será considerado como o primeiro pagamento de outorga anual.

**4.1.1.** O valor total de outorga será calculado da seguinte maneira:

|  |
| --- |
| Valor de locação/m2 x área concedida x 12 meses do ano x 20 anos de concessão |

**4.1.2.** O valor de outorga anual será devidamente corrigido pelo IGP-M ou outro índice que vier a substituí-lo, na data de pagamento da outorga anual, e será calculado da seguinte maneira:

|  |
| --- |
| Valor de locação/m2 x área concedida x 12 meses do ano |

**4.1.2.1.** Na hipótese de índice negativo o valor será mantido sem alterações.

**4.2.** A outorga anual será devida a partir de 2025, contados da data da eficácia do Contrato, calculada, conforme subitens 4.1.2, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis.

**4.3.** Os pagamentos deverão ser efetuados em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de aniversário da data da eficácia.

**4.3.1.** A Secretaria da Fazenda de Balneário Camboriú emitirá guia no valor da outorga anual.

**4.4.** Os pagamentos sofrerão reajuste anual calculado de acordo com a variação do IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou outro indicador que o venha a substituir.

**4.5.** O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional.

**4.6.** A CONCESSIONÁRIA que não promover o pagamento na forma do item 4.2 incorrerá no descumprimento da obrigação assumida e ficará sujeita às penalidades estabelecidas neste Contrato e no edital, sem prejuízo das demais cominações legais.

**4.7.** O valor de outorga a ser pago não vincula qualquer pleito de reequilíbrio econômico-financeiro.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA, IMPLANTAÇÃO, ENTREGA E REVERSÃO**

**5.1.** O prazo de vigência desta CONCESSÃO será de 20 (vinte) anos, contados da data da assinatura do presente Termo de Concessão, podendo ser prorrogado por no máximo igual período, observados os termos e condições fixados neste Contrato e na [Lei Municipal nº 4.903/2024](https://leismunicipais.com.br/a1/sc/b/balneario-camboriu/lei-ordinaria/2024/491/4903/lei-ordinaria-n-4903-2024-autoriza-o-chefe-do-poder-executivo-municipal-a-firmar-contrato-de-concessao-de-uso-do-estadio-municipal-eduardo-zeferino-para-exploracao-na-forma-que-especifica-e-da-outras-providencias?q=4903%2F2024).

**5.2.** A partir da data de assinatura do Termo de Concessão a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de até 90 (noventa) dias para implementar as condições de eficácia estabelecidas na Cláusula Sexta.

**5.2.1.** Na hipótese de impossibilidade de implementação das condições de eficácia estabelecidas na Cláusula Sexta neste prazo, por caso fortuito, força maior ou outra justificativa não atribuível à CONCESSIONÁRIA, este prazo e o prazo de vigência contratual poderão ser prorrogados, mediante termo aditivo.

**5.2.1.** Cumpridas as condições de eficácia da Cláusula Sexta, o PODER CONCEDENTE emitirá a ordem de início que formalizará a data de eficácia.

**5.3.** A prorrogação será admitida por no máximo igual período, considerando o interesse público e a conveniência administrativa, no caso de avaliação satisfatória, desde que seja requerida pela CONCESSIONÁRIA até 3 (três) anos antes do término do contrato.

**5.4.** Considera-se como data de início da operação a data de início da primeira atividade aberta ao público, conforme o projeto aprovado.

**5.5.** Findo o contrato, com ou sem prorrogação, o imóvel retornará à posse plena do MUNICÍPIO, que poderá optar pela permanência ou retirada dos equipamentos sobre ele edificados, hipótese em que os custos da remoção serão de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

**5.5.1.** A opção pela permanência dos equipamentos não conferirá à CONCESSIONÁRIA direito à indenização ou à retirada de quaisquer componentes que neles tenham integrado.

**5.5.2.** Até 6 (seis) meses antes da data do término de vigência contratual, o PODER CONCEDENTE estabelecerá, em conjunto e com a cooperação da CONCESSIONÁRIA, programa de desmobilização operacional, a fim de definir as regras e procedimentos para a assunção da operação pelo PODER CONCEDENTE, ou por terceiro autorizado.

**5.5.3** A CONCESSIONÁRIA poderá, a seu critério, antecipar as obrigações aqui previstas, assumindo, integralmente, os riscos e ônus envolvidos.

**CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE EFICÁCIA**

**6.1.** Compete à CONCESSIONÁRIA cumprir as seguintes condições de eficácia do Contrato:

**6.1.1.** Realizar a inspeção detalhada;

**6.1.2.** Obtenção das autorizações necessárias para início das obras e/ou reformas; e

**6.1.3.** Apresentação do Plano de Trabalho, acompanhado do cronograma de realização dos investimentos para aprovação pelo PODER CONCEDENTE.

**6.2. C**ompete ao PODER CONCEDENTE cumprir as seguintes condições de eficácia do Contrato:

**6.2.1.** Aprovação do Plano de Trabalho da CONCESSIONÁRIA;

**6.2.2.** Conceder as autorizações e aprovações de sua competência, desde que cumpridos os requisitos necessários pela CONCESSIONÁRIA.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

**7.1.** A fiscalização da concessão, abrangendo todas as atividades do CONCESSIONÁRIO, durante todo o prazo do Contrato, será executada pelo PODER CONCEDENTE, através da Secretaria de Gestão Administrativa e poderá se valer de apoio técnico de terceiros, nos termos da legislação e do Contrato.

**7.2.** Fica designado como fiscal administrativo e técnico do Contrato, o(a) Diretor(a) do Departamento de Patrimônio e Serviços Públicos.

**7.3.** Fica designado como gestor do Contrato, o(a) Secretário(a) de Gestão Administrativa.

**7.4.** O PODER CONCEDENTE fiscalizará e inspecionará a exploração da concessão e verificará seu cumprimento, podendo notificar o CONCESSIONÁRIO, caso houver irregularidades na sua prestação, na forma do [Decreto Municipal nº 11.210/2023](https://leismunicipais.com.br/a1/sc/b/balneario-camboriu/decreto/2023/1121/11210/decreto-n-11210-2023-regulamenta-o-disposto-no-3-do-art-8-da-lei-n-14133-de-1-de-abril-de-2021-para-dispor-sobre-as-regras-para-a-atuacao-do-agente-de-contratacao-pregoeiro-e-da-equipe-de-apoio-o-funcionamento-da-comissao-de-contratacao-e-a-atuacao-dos-gestores-e-fiscais-de-contratos-no-ambito-da-administracao-publica-municipal-direta-autarquica-e-fundacional?q=11210) ou outro que vier a substituí-lo.

**7.5.** A fiscalização terá poderes, entre outros, para notificar o CONCESSIONÁRIO, por escrito, sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontrados, podendo exigir a correção que julgar necessária, no prazo a ser estabelecido.

**7.6.** O CONCESSIONÁRIO facultará ao PODER CONCEDENTE, ou a qualquer outra pessoa por ele credenciada, o livre acesso, em qualquer época, às áreas, instalações, locais, documentos e dados referentes à concessão e ao CONCESSIONÁRIO, incluindo estatísticas, registros administrativos e contábeis e contratos com terceiros, prestando, no prazo que lhe for estabelecido, os esclarecimentos que forem formalmente solicitados.

**7.7.** O PODER CONCEDENTE, diretamente ou por intermédio de seus representantes credenciados, poderá realizar, na presença de representantes do CONCESSIONÁRIO, vistorias, testes ou ensaios que permitam avaliar adequadamente as condições de funcionamento e as características dos equipamentos, sistemas e instalações utilizados na concessão.

**7.8.** No exercício da fiscalização, o PODER CONCEDENTE também poderá:

**a)** Acompanhar a execução de obras e a prestação dos serviços, atividades e fornecimentos, bem como a conservação dos bens vinculados à concessão;

**b)** Intervir, quando necessário, na execução das atividades objeto da concessão, nos termos da legislação e do Contrato, de modo a assegurar a regularidade e o fiel cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo CONCESSIONÁRIO;

**c)** Determinar que sejam refeitas obras, atividades e serviços, sem ônus para o PODER CONCEDENTE, se as já executadas não estiverem de acordo com as especificações do Contrato e seus anexos, bem como com a legislação vigente e as normas técnicas aplicáveis.

**7.9.** Aplicar as sanções e penalidades previstas neste Instrumento Contratual.

**7.10.** Na hipótese de o CONCESSIONÁRIO se recusar a acatar as determinações realizadas pelo PODER CONCEDENTE, este poderá adotar as providências necessárias para corrigir a situação, correndo os respectivos custos por conta do CONCESSIONÁRIO, sem prejuízo da aplicação das sanções e penalidades pertinentes.

**7.11.** A fiscalização, pelo PODER CONCEDENTE, não exclui a responsabilidade do CONCESSIONÁRIO pela adequação e qualidade dos investimentos realizados, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais.

**CLÁUSULA OITAVA- OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

8.1. Todas as vias de acesso já existentes na área concessionada deverão garantir também a entrada de atendimento de urgência e emergência, serviços de manutenção, acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, observando-se as normas legais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

8.2. Correrão integralmente por conta da CONCESSIONÁRIA os custos decorrentes do projeto, de licenciamentos, construções, manutenção dos equipamentos e, também, os serviços de:

**a)** Administrar, fiscalizar e zelar pelo patrimônio público municipal que compõe o Estádio Municipal;

**b)** Dispor ao público em geral, informações claras e visíveis quanto à:

**1.** Utilização do espaço público, inclusive banheiros;

**2.** Prestação dos serviços de esportes, organizados pela Administração Municipal, entre outros permitidos no local.

**c)** Gerir e dar manutenção aos equipamentos;

**d)** Organizar o estacionamento e o acesso de veículos;

**e)** Promover a manutenção da sinalização, segurança, urbanização e paisagismo do local;

**f)** Encaminhar semestralmente ao gestor do Contrato, a prestação de contas do Estádio Municipal referente às atividades econômicas exploradas pela CONCESSIONÁRIA;

**g)** Responsabilizar-se por práticas desportivas e outras ações, desenvolvidas no Estádio Municipal; e

**h)** Garantir ao público o total e livre acesso às áreas comuns de circulação do Estádio Municipal, sem cobrança de quaisquer valores dos visitantes.

**8.2.1.** A presente CONCESSÃO não implica em concessões ou isenções de ordem fiscal ou tributária à CONCESSIONÁRIA nela instalada.

**8.3.** Fica sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o licenciamento ambiental e a manutenção da vigência de todas as licenças necessárias para a implantação e operação das atividades e melhorias, objetos da presente CONCESSÃO, bem como, as demais autorizações que se fizerem necessárias durante sua vigência, na área da CONCESSÃO.

**8.4.** Será de responsabilidade única e exclusiva da CONCESSIONÁRIA, arcar com os prejuízos e/ou indenizações decorrentes de eventuais incidentes e/ou acidentes que vierem a ocorrer no Estádio Municipal durante a vigência do Contrato de Concessão.

**8.5.** Pagar ao PODER CONCEDENTE a outorga anual, na forma e nos prazos previstos neste Contrato e seus Anexos.

**8.6.** Submeter ao PODER CONCEDENTE para aprovação, antes do início de qualquer obra, o seu respectivo projeto.

**8.7.** Dispor de equipamentos, materiais e equipe adequados para a consecução de todas as obrigações estabelecidas neste Contrato, com a eficiência e a qualidade contratualmente definidas.

**8.8.** Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta (*compliance*).

**8.9.** Manter, durante o prazo do Contrato, as condições necessárias à execução do objeto da CONCESSÃO, incluída a manutenção dos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica previstas no edital.

**8.10.** Entregar ao PODER CONCEDENTE cópia das apólices de seguros e comprovantes de pagamento de prêmios, bem como das suas eventuais renovações.

**8.11.** Observar todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação tributária e à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, isentando o PODER CONCEDENTE de qualquer responsabilização relacionada e apresentando-lhe, anualmente, relatório acompanhado da documentação que comprove o atendimento das exigências legais correspondentes.

**8.12.** Garantir que toda área da CONCESSÃO esteja em conformidade com os padrões de acessibilidade arquitetônica e comunicacional às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, devendo estar de acordo com as legislações e com as normas aplicáveis, com as determinações do Código de Obra e Edificações e das normas técnicas aplicáveis, em especial as [Leis Federais nº 10.098/2000](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm) e [nº 13.146/2015](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm), o [Decreto Federal nº 5.296/2004](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm) e a ABNT NBR 9050:2020, ou outras que vierem a substituí-las.

**8.13.** Cumprir e observar todas as normas e exigências legais referentes à proteção do patrimônio histórico e cultural.

**8.14.** Os custos de recuperação, prevenção, correção e gerenciamento de passivo ambiental relacionados à CONCESSÃO, cujo fato gerador tenha ocorrido posteriormente à celebração do contrato.

**8.15.** Dar conhecimento imediato ao PODER CONCEDENTE de todo e qualquer evento ou situação que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da execução do objeto, ou que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas no Contrato, incluindo-se ações judiciais e procedimentos administrativos, devendo apresentar, no menor prazo possível, relatório detalhado sobre tais fatos, com as medidas tomadas ou a serem tomadas para superar ou sanar a situação.

**8.16.** Comunicar ao PODER CONCEDENTE, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de caso fortuito ou força maior, impeçam ou venham a impedir a normal execução do objeto.

**8.17.** Receber as queixas, reclamações, comentários e críticas dos usuários disponibilizando ao PODER CONCEDENTE, mensalmente, relatório com tais reclamações, bem como com as respostas fornecidas e as providências adotadas em cada caso.

**8.18.** Manter atualizado o inventário e o registro dos bens reversíveis.

**8.19.** Manter o PODER CONCEDENTE mensalmente informado do cumprimento das etapas de execução das obras, quando aplicável.

**8.20.** Responder perante o PODER CONCEDENTE e terceiros pelos serviços subcontratados.

**8.21.** Prestar todas as informações e realizar as atividades necessárias para a transferência do objeto quando da extinção do Contrato, a fim de que tal ocorra sem que haja interrupção dos serviços.

**8.22.** Autorizar, sem custo, a realização de fotos e filmagens pelo poder público para fins não comerciais, de interesse público, desde que estas atividades não impactem no seu bom funcionamento e na execução deste Contrato.

**8.23.** Os direitos de propriedade intelectual sobre os estudos e projetos elaborados para os fins específicos da CONCESSÃO, os direitos sobre marcas relacionadas à concessão, bem como projetos, planos, plantas, documentos e outros materiais necessários para o desempenho das atividades da CONCESSÃO, serão transmitidos gratuitamente ao PODER CONCEDENTE ao final do Contrato.

**8.24.** Toda e qualquer forma de exploração e/ou ação de promoção, marketing, eventos ou outras intervenções que acarretem a limitação da circulação de pessoas no entorno da área da CONCESSÃO deve ser previamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE e estar prevista no Plano de Mídia.

**8.25.** A CONCESSIONÁRIA deverá contratar plano de seguros contra acidentes, incluindo a previsão de indenização para terceiros.

**8.26.** A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a iniciar a execução do projeto e a concluí-la dentro dos prazos estabelecidos no Alvará de Construção expedido pela Prefeitura Municipal, após concedida a Licença Ambiental de Instalação pelo órgão ambiental competente.

**8.27.** Se, decorrido o prazo do Alvará de Construção, a CONCESSIONÁRIA não houver dado início à execução do projeto, nem requerido sua prorrogação, a concessão poderá ser rescindida e a posse do imóvel revertida desde logo em favor do MUNICÍPIO.

**8.28.** A CONCESSIONÁRIA deverá buscar excelência dos serviços prestados e nos produtos comercializados na área da CONCESSÃO, sendo responsável pela coordenação e pelo controle de sua ocupação, garantindo que o empreendimento seja atrativo, que promova o turismo e contribua para o desenvolvimento econômico e sociocultural da comunidade local.

**8.29.** No prazo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do Termo de Concessão, deverá a CONCESSIONÁRIA, apresentar o Plano de Trabalho para aprovação do PODER CONCEDENTE, que deverá analisá-los em até 60 (sessenta) dias.

**8.29.1.** Se, decorrido o prazo previsto no item 8.29, a CONCESSIONÁRIA não houver apresentado o Plano de Trabalho, nem requerido sua prorrogação, a CONCESSÃO ficará revogada e a posse do imóvel revertida desde logo em favor do MUNICÍPIO, independentemente de notificação.

**8.30.** O Plano de Trabalho deve conter minimamente as ações que serão executadas e o cronograma para apresentação dos planos, projetos e demais melhorias e intervenções a serem executados na área da CONCESSÃO.

**8.31.** Os Planos de Gestão, Manutenção, Exploração, Mídia, Plano de Gestão Ambiental e Conceito do Projeto e Projetos Executivos devem seguir as diretrizes expressas abaixo e nos demais documentos que constituem este certame licitatório.

**8.31.1.** Plano de Gestão: deverá ser entregue anualmente, devendo conter informações de como a área da CONCESSÃO será administrada, o planejamento anual, constando os objetivos e detalhamento das metas e seus respectivos prazos de execução. Deverá no Plano de Gestão constar o quadro funcional da CONCESSIONÁRIA e da Administradora da área da CONCESSÃO com a função e o contato de cada um; o Calendário/Cronograma das atividades a serem desenvolvidas; horários de funcionamento e outras informações que se fizerem necessárias para o pleno entendimento pelo MUNICÍPIO/PODER CONCEDENTE de como será a Gestão da área da CONCESSÃO.

**8.31.2.** Conceito do Projeto e Projetos Executivos: deverá constar o conceito arquitetônico a ser desenvolvido nas áreas exploráveis e o respectivo projeto executivo com as licenças (ou protocolo de solicitação das mesmas), considerando as diretrizes de exploração vocacionada no Termo de Referência.

**8.31.3.** Plano de Gestão Ambiental: deverá conter as ações para minimizar os impactos ambientais das atividades desenvolvidas na área da CONCESSÃO, mensurando os impactos ambientais, propondo melhorias e otimizando o uso dos recursos naturais.

**8.31.4.** Plano de Manutenção: A CONCESSIONÁRIA deverá entregar o Plano de Manutenção da área da CONCESSÃO assinado pelo Engenheiro responsável pela obra/reforma e pelo representante legal da CONCESSIONÁRIA. O Plano de Manutenção deverá ser aprovado pela Secretaria de Planejamento e pelo PODER CONCEDENTE através da unidade gestora do contrato. A CONCESSIONÁRIA deverá prover a manutenção, limpeza, segurança, jardinagem e controle de pragas da área da CONCESSÃO, podendo contratar terceiros para a realização destes serviços. Deverá observar a vida útil de todos os componentes do empreendimento durante o período da concessão, conforme identificado no Plano de Manutenção e de acordo com o Contrato, garantindo a integridade e a manutenção operacional contínua através do cumprimento do cronograma de manutenção que compor o Plano de Manutenção. A CONCESSIONÁRIA será responsável pelo gerenciamento de trabalhos de substituição, reparação, prevenção de falhas e consertos da estrutura e dos componentes necessários para a prestação eficaz dos serviços. A manutenção de equipamentos de climatização, sistemas de gás, comunicação e exaustação devem ocorrer periodicamente. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar mensalmente os laudos técnicos decorrentes das manutenções ocorridas no mês anterior, conforme periodicidade recomendada do Plano de Manutenção. Quando houver manutenção em sistemas e equipamentos que demandam certificações ou laudos, os mesmos deverão ser encaminhados ao PODER CONCEDENTE no mês subsequente. É obrigação da CONCESSIONÁRIA fiscalizar a existência e o funcionamento eficaz assim como a limpeza periódica dos sistemas de exaustão dos estabelecimentos gastronômicos que eventualmente se instalarem na área da CONCESSÃO. O Plano de Manutenção, deverá conter medidas de prevenção e cronograma de serviços para controle de pragas (dedetização, desratização e desinsetização).

**8.31.5.** Plano de Exploração: deverá conter o modelo e o plano de negócio a ser implementado na área da CONCESSÃO, inclusive indicando possíveis patrocínios e sublocações, se for o caso.

**8.31.6.** Plano de Mídia: deverá constar a estratégia de promoção, divulgação e comunicação para a área da CONCESSÃO, o Plano de Marketing, a estratégia para *naming rights* direitos sobre nome (quando aplicável) e as propostas para o material de divulgação.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE**

**9.1.** Garantir à CONCESSIONÁRIA a plena exploração da área da CONCESSÃO, nos termos previstos no Termo de Referência, na [Lei municipal nº 4.903/2024](https://leismunicipais.com.br/a1/sc/b/balneario-camboriu/lei-ordinaria/2024/491/4903/lei-ordinaria-n-4903-2024-autoriza-o-chefe-do-poder-executivo-municipal-a-firmar-contrato-de-concessao-de-uso-do-estadio-municipal-eduardo-zeferino-para-exploracao-na-forma-que-especifica-e-da-outras-providencias?q=4903%2F2024) e nos demais anexos.

**9.2.** Garantir permanentemente o livre acesso da CONCESSIONÁRIA e de sua equipe e funcionários à área da CONCESSÃO, para a execução do objeto da CONCESSÃO, durante a vigência do Termo de Concessão.

**9.3.** Disponibilizar à CONCESSIONÁRIA os bens que ficarão sob sua gestão necessários ao desenvolvimento adequado do objeto da CONCESSÃO, desde a data da assinatura do Termo de Concessão, livres e desimpedidos, no estado em que se encontram.

**9.4.** Responsabilizar-se pelos ônus, danos, despesas, pagamentos, indenizações e eventuais medidas judiciais decorrentes de atos ou fatos, inclusive de natureza ambiental, anteriores à data da assinatura deste Termo de Concessão, relacionados ao objeto da CONCESSÃO, bem como de atos ou fatos que, embora posteriores à data da assinatura do Termo de Concessão, decorram de culpa exclusiva do PODER CONCEDENTE ou de quaisquer terceiros por ele contratados.

**9.5.** Disponibilizar todas as informações disponíveis e necessárias ao desenvolvimento da CONCESSÃO.

**9.6.** Fundamentar adequadamente suas decisões, aprovações, pedidos ou demais atos praticados ao abrigo do Termo de Concessão.

**9.7.** Indicar formalmente o(s) agente(s) público(s) responsáveis pelo acompanhamento do Termo de Concessão.

**9.8.** Acompanhar, fiscalizar permanentemente e atestar o cumprimento deste Termo de Concessão, bem como analisar as informações prestadas pela CONCESSIONÁRIA, incluindo-se os relatórios auditados da situação contábil da CONCESSIONÁRIA, contemplando, entre outros, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados.

**9.9.** Aplicar as sanções e penalidades e adotar as demais medidas necessárias ao cumprimento regular deste Termo de Concessão em caso de inadimplemento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA.

**9.10.** Emitir tempestivamente as autorizações que sejam necessárias à execução do objeto da CONCESSÃO e que estejam sob a sua competência e responsabilidade, nos termos da legislação pertinente.

**9.11.** Colaborar, dentro da sua esfera de competências e observados os termos da legislação pertinente, com a obtenção das licenças e autorizações eventualmente necessárias para o desempenho da CONCESSÃO junto aos demais órgãos municipais, estaduais ou federais, inclusive com a participação em reuniões técnicas e pronto envio de manifestações necessárias para a realização do objeto desta CONCESSÃO.

**9.12.** Emitir a Ordem de Serviço que fixará a data para o início da vigência do Termo de Concessão.

**9.13.** O gestor do Contrato poderá contar com o apoio dos fiscais técnicos da comissão de fiscalização do contrato em tela para a emissão da Ordem de Serviço.

**CLÁUSULA DÉCIMA – RISCOS ALOCADOS À CONCESSIONÁRIA**

**10.1.** A CONCESSIONÁRIA, é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, salvo disposição expressa em contrário neste Contrato.

**10.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá promover levantamento pormenorizado dos riscos que assume com a assinatura do Contrato e adotar as medidas ou processos adequados eficientes para mitigá-los.

**10.3.** Incluem-se dentre os riscos da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de outros assumidos nessa concessão:

**a)** Manutenção de licenças, permissões e autorizações exigidas para a plena execução do objeto da CONCESSÃO expedidas por entes da Administração Municipal, Estadual e Federal;

**b)** Má qualidade na prestação dos serviços e atividades objeto deste Contrato e o não atendimento das especificações técnicas, inclusive por fatos causados por seus subcontratados;

**c)** Obsolescência, a segurança, a robustez e o pleno funcionamento das tecnologias, dos equipamentos e das técnicas empregadas na concessão;

d) Alterações tecnológicas relativas à exploração do mercado que não tenham sido solicitadas pelo PODER CONCEDENTE;

**e)** Perdas econômicas decorrentes de ineficiências, falhas, negligência, inépcia ou omissão no cumprimento do objeto deste Contrato, exceto por atos ou omissões do PODER CONCEDENTE;

**f)** Interrupção e/ou intermitência no fornecimento de energia elétrica, água, ou outros serviços necessários ao funcionamento das atividades exploradas;

**g)** Variação do valor de mercado do metro quadrado da área da concessão;

**h)** Custos decorrentes do gerenciamento de resíduos sólidos;

**i)** Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto da CONCESSÃO, incluindo a elevação do custo de mão de obra por acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, e as responsabilizações deles decorrentes, incluídas aquelas relacionadas às empresas eventualmente subcontratadas no âmbito da concessão;

**j)** Inadimplemento de consumidores ou tomadores de serviço da CONCESSIONÁRIA pelos pagamentos que lhe forem devidos a qualquer título;

**k)** Cobrança eventual e futura de IPTU;

**l)** Alteração superveniente das normas aplicáveis ao contrato que não impeça a exploração econômica em conformidade com o termo de referência;

**m)** Variação dos custos de operação e manutenção dos serviços, inclusive em relação a não obtenção do retorno econômico previsto pela CONCESSIONÁRIA, ressalvadas as hipóteses de fatores imprevisíveis, fatores previsíveis e de consequências incalculáveis, casos fortuitos ou de força maior que não possam ser objeto de cobertura de seguros;

**n)** Indisponibilidade de financiamento e/ou aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumentos das taxas de juros ou de inflação, ressalvadas as hipóteses de fatores imprevisíveis, fatores previsíveis e de consequências incalculáveis, casos fortuitos ou de força maior que não possam ser objeto de cobertura de seguros;

**o)** Variação das taxas de câmbio;

**p)** Mudanças no plano de investimentos ou nos projetos, por mera liberalidade da CONCESSIONÁRIA;

**q)** Variação nas receitas acessórias;

**r)** Capacidade financeira e de captação de recursos da CONCESSIONÁRIA;

**s)** Erros, inadequações ou omissões na proposta, estudos ou projetos elaborados pelo CONCESSIONÁRIO;

**t)** Erros e defeitos de construção, obras ou serviços;

**u)** Atraso ou interrupção na implantação do projeto de engenharia e investimentos previstos no Caderno de Encargos;

**v)** Roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos locais de obras ou em seus ativos;

**w)** Investimentos, pagamentos, custos e despesas decorrentes da desapropriação ou da instituição de servidões, limitações administrativas ou ocupações temporárias;

**x)** Responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos ambientais decorrentes das obras, operação e manutenção dos bens reversíveis e da prestação dos serviços, relativamente a fatos ocorridos posteriormente à data da eficácia;

**y)** Prejuízos decorrentes de riscos inerentes à atividade empresarial;

**z)** Atrasos ou suspensões da execução do contrato em razão de decisões judiciais ou administrativas, inclusive dos órgãos de controle, por fatores imputáveis à CONCESSIONÁRIA;

**aa)** Atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações necessárias à execução do objeto deste contrato, por ação ou omissão da CONCESSIONÁRIA;

**bb)** Embargo do empreendimento, novos custos, necessidade de alteração dos projetos e/ou emissão de novas autorizações pelos órgãos competentes em razão da não observância da legislação ambiental vigente;

**cc)** Riscos de saúde e segurança dos trabalhadores da CONCESSIONÁRIA;

**dd)** Perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos bens reversíveis;

**ee)** Falhas nos projetos básicos e executivos, na execução das obras e na infraestrutura aplicada nos serviços;

**ff)** Atrasos e custos adicionais na execução das obras que não sejam decorrentes de risco alocado ao PODER CONCEDENTE;

**gg)** Ocorrência de fatos considerados como de caso fortuito e de força maior que, à época da materialização do risco, sejam seguráveis há pelo menos 2 (dois) anos, até o limite da média dos valores das apólices normalmente praticados no mercado, por pelo menos duas seguradoras, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado;

**hh)** Prejuízos causados a terceiros, pela CONCESSIONÁRIA ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela CONCESSÃO;

**ii)** Ocorrência de dissídio, acordo ou convenção coletiva de trabalho ou falha de fornecimento de materiais e serviços pelos contratados da CONCESSIONÁRIA, bem como ocorrência de greve do seu pessoal;

**jj)** Prejuízos decorrentes de interrupções e/ou falhas no fornecimento de materiais e serviços por fornecedores e prestadores subcontratados pela CONCESSIONÁRIA ou falhas operacionais da CONCESSIONÁRIA;

**kk)** Riscos relacionados à exploração de atividades que gerem receitas acessórias e possíveis prejuízos que resultem de sua execução;

**ll)** Greves internas de empregados da própria CONCESSIONÁRIA ou de suas subcontratadas, ou manifestações sociais associadas à prestação deficiente dos serviços pela CONCESSIONÁRIA.

**mm)** Dispêndios resultantes de defeitos ocultos nos bens reversíveis, identificados pela CONCESSIONÁRIA após transcorridos 5 (cinco) anos da assunção dos serviços;

**nn)** Variação dos custos de operação causados por eventos extremos decorrentes de mudanças climáticas, no âmbito do excesso dos respectivos seguros previstos, sendo este um risco compartilhado com o PODER CONCEDENTE.

**10.2.** A CONCESSIONÁRIA declara:

**a)** Ter pleno conhecimento das condições das instalações de infraestrutura assumida, inclusive da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato;

**b)** Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta e assinatura do contrato.

**10.3.** Os riscos acima previstos, quando materializados, não darão ensejo à revisão do contrato para fins de reequilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RISCOS ALOCADOS AO PODER CONCEDENTE**

**11.1.** Os riscos a seguir listados serão suportados pelo PODER CONCEDENTE, sendo que a ocorrência dos fatos previstos nesta Cláusula poderá ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em favor da CONCESIONÁRIA, caso devidamente comprovados os prejuízos, bem como poderá isentar a CONCESSIONÁRIA da aplicação de penalidades e de eventuais deduções decorrente da aplicação dos indicadores de desempenho e qualidade, caso comprovadamente afetem o seu desempenho e decorram dos seguintes eventos:

**a)** Variação dos custos de operação causados por eventos extremos decorrentes de mudanças climáticas, no âmbito do excesso dos respectivos seguros previstos, sendo este um risco compartilhado com a CONCESSIONÁRIA;

**b)** Fato do príncipe ou ato da Administração que resulte, comprovadamente, em variações dos custos e/ou receitas da CONCESSIONÁRIA, inclusive normas, determinações e condicionantes de autoridade ou órgão ambiental que não decorram de descumprimento da CONCESSIONÁRIA das normas ambientais vigentes;

**c)** Expiração do prazo contratual sem amortização integral dos investimentos, em razão de eventos decorrentes de riscos alocados ao PODER CONCEDENTE;

**d)** Descumprimento, pelo PODER CONCEDENTE ou por órgãos e entidades da Administração Pública, de suas obrigações contratuais, regulamentares ou legais, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos a eles aplicáveis, previstos neste Contrato e/ou na legislação vigente;

**e)** Modificação unilateral deste Contrato, da qual resulte, comprovadamente, em variações dos custos e/ou receitas da CONCESSIONÁRIA;

**f)** Quando ocorrer evento de caso fortuito ou de força maior que não sejam passíveis de cobertura securitária, ou na parte que exceder o limite dos valores das apólices dos seguros exigidos neste Contrato;

**g)** Determinações judiciais e administrativas para satisfação de obrigações originalmente imputáveis ao PODER CONCEDENTE, inclusive entes e órgãos integrantes de sua esfera administrativa, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados ao PODER CONCEDENTE ou a outras empresas contratadas pelo PODER CONCEDENTE;

**h)** Mudanças nos projetos a pedido do PODER CONCEDENTE que acarretem aumento de custos ou despesas não previstas inicialmente;

**i)** Atrasos ou suspensões da execução do Contrato em razão de decisões judiciais ou administrativas, inclusive dos órgãos de controle, por fatores não imputáveis à CONCESSIONÁRIA;

**j)** Atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações necessárias à execução do objeto deste contrato, por ação ou omissão do órgão ou entidade da Administração Pública responsável ou do PODER CONCEDENTE;

**k)** Atraso nas obras e atividades decorrentes da demora na obtenção de licenças ambientais ou autorizações de órgãos públicos a cargo da CONCESSIONÁRIA quando os prazos de análise do órgão responsável pela emissão das licenças ou autorizações ultrapassarem aqueles previstos nas normas aplicáveis ou aqueles informados pelo órgão público, exceto se decorrente de fato imputável à CONCESSIONÁRIA;

**l)** Eventos decorrentes de atos ou fatos, ocorridos antes da data de eficácia e que não sejam de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive passivos e danos ambientais de eventos preexistentes, que tenham sido identificados pela CONCESSIONÁRIA ou a ele comunicados, exclusive condicionantes e outros custos de regularização ambiental já conhecidos antes da assunção dos bens reversíveis pela CONCESSIONÁRIA;

**m)** Riscos geológicos e arqueológicos, incluindo a eventual descoberta de sítios históricos e arqueológicos que afetem a execução do contrato;

**n)** Dispêndios resultantes de defeitos ocultos nos bens reversíveis dentro do prazo de 5 (cinco) anos da assunção dos serviços;

**o)** Paralisação de serviços públicos necessários ao desenvolvimento das atividades (como do fornecimento de energia elétrica).

**11.2.** Não caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA:

**a)** Quando os prejuízos sofridos derivarem da ocorrência de negligência, imprudência, imperícia, inépcia ou omissão na exploração dos serviços e no tratamento dos riscos a ela alocados;

**b)** Quando, de qualquer forma e em qualquer medida, a CONCESSIONÁRIA tenha concorrido, direta ou indiretamente, para o evento causador do desequilíbrio;

**c)** Se a materialização dos eventos motivadores do pedido por parte da CONCESSIONÁRIA não ensejar efetivo impacto nas condições contratuais e não acarretar efetivo prejuízo decorrente do desequilíbrio na equação econômico-financeira do Contrato que possa ser demonstrado em sua exata medida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**12.1.** A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de uma das seguintes modalidades:

**a)** Pagamento único à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE do valor total dos investimentos, custos ou despesas adicionais que tenham sido efetivamente incorridos;

**b)** Desconto no pagamento da outorga anual;

**c)** Prorrogação do prazo da CONCESSÃO;

**d)** Acréscimo ou supressão de obras ou serviços;

**e)** Modificação das obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA;

**f)** Assunção de investimentos pelo PODER CONCEDENTE;

**g)** Compensação com penalidades já aplicadas à CONCESSIONÁRIA;

**h)** Combinação das modalidades anteriores ou outras permitidas em lei.

**12.2.** O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, sendo que à parte pleiteante caberá a demonstração tempestiva da ocorrência e identificação do evento causador do desequilíbrio, apresentando no mínimo:

**a)** Identificação precisa do evento causador do desequilíbrio, contemplando ainda dados como a data da ocorrência e a provável duração da hipótese ensejadora da recomposição, acompanhada, quando pertinente, de evidência de que a responsabilidade está contratualmente alocada à outra parte, por meio da apresentação de relatório técnico, laudo pericial ou estudo independente;

**b)** Identificação dos impactos econômicos, diretos e indiretos, efetivamente incorridos pela parte pleiteante, decorrentes do evento causador do desequilíbrio, acompanhado de sumário explicativo contendo os regimes contábil e tributário aplicáveis às receitas ou custos supostamente desequilibrados;

**c)** Em caso de avaliação de eventuais desequilíbrios futuros, demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados para as estimativas dos impactos;

**d)** O pedido, conforme o caso, deverá conter a indicação da pretensão de revisão do Contrato, trazendo a demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados e informando os impactos e as eventuais alternativas de balanceamento das prestações entre as partes; e

**e)** De acordo com as premissas eventualmente definidas pelo PODER CONCEDENTE, este poderá solicitar que a CONCESSIONÁRIA demonstre, na hipótese de novos serviços ou investimentos, que os valores necessários para realização de novos investimentos serão calculados com base em valores de mercado considerando o custo global de obras ou atividades semelhantes no Brasil ou com base em sistemas de custos que utilizem como insumo valores de mercado do setor específico do projeto, aferidos, em qualquer caso, mediante orçamento sintético, elaborado por meio de metodologia expedita ou paramétrica.

**12.3.** A parte pleiteante deverá, preferencialmente, identificar o evento de desequilíbrio e comunicar a outra parte em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias contados de sua materialização, com vistas a resguardar a contemporaneidade das relações contratuais, bem como possibilitar o adequado manejo das consequências do evento causador do desequilíbrio.

**12.3.1.** A omissão de qualquer das partes em solicitar a recomposição importará em renúncia desse direito após o prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data do ato ou fato do qual se originarem.

**12.4.** Por ocasião de cada processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, serão contemplados conjuntamente os pleitos então existentes de ambas as partes, de forma a se compensarem impactos econômico-financeiros positivos ou negativos decorrentes dos eventos causadores do desequilíbrio.

**12.5.** O PODER CONCEDENTE, ou quem por ela indicado, terá livre acesso a informações, bens e instalações da CONCESSIONÁRIA ou de terceiros por ele contratados para aferir valor do desequilíbrio alegado pela CONCESSIONÁRIA no seu pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

**12.5.1.** Para a confirmação das situações apontadas como ensejadoras de desequilíbrio econômico-financeiro e para o dimensionamento dos efeitos e medidas delas resultantes, poder CONCEDENTE poderá solicitar laudos econômicos ou técnicos elaborados por órgãos ou entidades contratados pela Administração Pública Municipal.

**12.6.** A metodologia utilizada para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, será por meio de desconto no pagamento da outorga anual ou aumento do prazo da CONCESSÃO.

**12.7.** Caberá às partes, em comum acordo, a escolha da forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, buscando sempre assegurar a continuidade da prestação do serviço concedido e a preservação da capacidade de pagamento dos financiamentos, devendo toda a documentação do acordo realizado ser encaminhado ao PODER CONCEDENTE para as providências cabíveis.

**12.8.** Caso, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da decisão de reequilíbrio do Contrato, não haja acordo a respeito do mecanismo a ser aplicado, o PODER CONCEDENTE elegerá os mecanismos de recomposição a serem adotados, a seu exclusivo critério, por meio de decisão motivada.

**12.9.** Eventuais divergências surgidas em relação ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato não suspendem ou alteram as obrigações das partes durante a pendência do processo de revisão.

**12.9.1.** Não sendo encontrada solução amigável, ou ainda, em caso de discordância quanto à necessidade de recomposição ou quanto aos valores ou demais dados indicados, as partes poderão recorrer aos mecanismos de solução de controvérsia previstos neste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INDENIZAÇÕES NO CASO DE RESCISÃO UNILATERAL**

**13.1.** No caso da rescisão unilateral pelo interesse público, o PODER CONCEDENTE providenciará os levantamentos necessários sobre os investimentos e perdas de lucros cessantes da CONCESSIONÁRIA, necessários à determinação do montante da indenização, sendo que, para isto a CONCESSIONÁRIA deverá oferecer todas as facilidades nas diligências fiscais e contábeis ao PODER CONCEDENTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

**14.1.** O não cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das cláusulas deste contrato e de seus anexos, bem como das normas da legislação e regulamentação aplicáveis, ensejará, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades previstas na legislação e na regulamentação vigentes, a cominação, isolada ou concomitante, das penalidades fixadas nesta cláusula.

**14.1.1.** O PODER CONCEDENTE, na definição da categoria da infração e na dosimetria das penalidades, levará em consideração as circunstâncias de cada caso de maneira motivada, observando, sempre, a proporcionalidade entre a gravidade da infração e a intensidade da sanção, inclusive quanto ao número de usuários e outros possíveis atingidos e o prolongamento, no tempo, da situação que caracterizou a infração, além dos seguintes elementos:

**a)** A natureza e gravidade da infração, sobretudo quanto à extensão dos danos causados pela CONCESSIONÁRIA para o PODER CONCEDENTE, usuários e terceiros;

**b)** As vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração;

**c)** A intenção da CONCESSIONÁRIA em incidir na infração contratual ou legal;

**d)** As circunstâncias antecedentes, sejam atenuantes ou agravantes, da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventuais reincidências.

**14.1.2.** Pela inexecução total ou parcial das obrigações previstas no presente Termo de Concessão de uso, o MUNICÍPIO poderá aplicar multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato e poderá rescindir unilateralmente o termo de contrato, na forma do subitem 14.2.4.

**14.1.3.** O MUNICÍPIO poderá ainda aplicar à CONCESSIONÁRIA cumulativamente às penalidades previstas no subitem 14.1, as sanções previstas no [art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm).

**14.2.** Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeito as seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

**14.2.1.** Advertência, quando a CONCESSIONÁRIA der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**14.2.2.** Impedimento de licitar e contratar com o MUNICÍPIO de Balneário Camboriú, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)).

**14.2.3.** Declaração de idoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm), bem como nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm), que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)).

**14.2.4.** Multas variáveis entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, nos seguintes casos:

**a)** Não atendimento às normas regulamentares da saúde pública e das normas legais deste MUNICÍPIO;

**b)** Desobediência ou oposição às ações da fiscalização do PODER CONCEDENTE, de qualquer espécie;

**c)** Recusa na aceitação de qualquer comunicação, no que se refere às correções, cumprimentos de normas e de penalidades;

**d)** Não atender aos pedidos de informações do PODER CONCEDENTE, atinentes a esta Concessão, dentro dos prazos concedidos.

**14.3.** A incidência de multas do presente contrato poderá ser cumulada a outras penalidades e a sua aplicação não impedirá que o MUNICÍPIO de Balneário Camboriú adote as medidas judiciais cabíveis.

**14.4.** A cobrança de multas será feita, diretamente da CONCESSIONÁRIA, mediante comunicação expressa.

**14.5.** As penalidades aqui previstas não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato.

**14.6.** Quando forem verificadas situações que ensejem a aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, o MUNICÍPIO dará início ao procedimento administrativo para apuração dos fatos e, quando for o caso, a imputação de penalidades, garantindo à CONCESSIONÁRIA o exercício do contraditório e da ampla defesa.

**14.7.** Poderá, ainda, a CONCESSIONÁRIA, responder por perdas e danos, independentemente das sanções estabelecidas no presente contrato.

**14.8.** A aplicação das sanções administrativas, o cancelamento do registro do fornecedor e a rescisão serão precedidos de processo administrativo, cujo aviso de instauração será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

**14.9.** O processo administrativo tramitará por meio eletrônico e as intimidações do interessado serão efetuadas por meio da plataforma digital 1Doc ou por nova plataforma digital que o substitua.

**14.10.** A intimação será enviada para o endereço eletrônico da CONCESSIONÁRIA, devendo o mesmo observar a obrigação de manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, incluindo a alteração do endereço eletrônico informado quando da licitação/contratação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**15.1.** O CONTRATANTE se reserva o direito de extinguir o contrato, a qual deverá ser formalmente motivado nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes situações:

**a)** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

**b)** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

**c)** Promover alteração social ou modificar a finalidade ou estrutura da empresa que, a juízo do MUNICÍPIO, restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

**d)** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

**e)** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

**f)** Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

**g)** Por razões de interesse público, justificadas pelo MUNICÍPIO;

**h)** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**i)** Demais hipóteses previstas na [Lei Federal nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm).

**j)** A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no [art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm).

**15.2.** Rescindido o Termo de Concessão, a posse do imóvel será revertida desde logo em favor do MUNICÍPIO, independentemente de notificação.

**15.3.** Independentemente do prazo de vigência, o contrato poderá ser rescindido, no prazo de 60 (sessenta) dias, mediante instauração de procedimento administrativo, assegurando-se à CONCESSIONÁRIA o direito à ampla defesa, se este:

**a)** Encerrar suas atividades, desviar-se de suas finalidades, negligenciar na manutenção dos itens de segurança e de qualidade dos serviços oferecidos à população, omitir-se na preservação e conservação dos bens objeto da concessão, ou incorrer em práticas ou execução de obras e serviços em desacordo com as cláusulas contratuais.

**b)** Reincidir em infração a preceito da legislação ambiental, urbanística ou sanitária de quaisquer esferas federativas, ou a normas de segurança ou de proteção ao consumidor.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PROCESSAMENTO DE DADOS E TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO DE USO**

**16.1.** A CONCESSIONÁRIA aceita que os seus dados, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a execução deste contrato, autorizando expressamente a divulgação das informações e de todos os documentos apresentados, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da [Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm).

**16.2.** Durante todo o seu prazo de vigência, a transferência da concessão somente poderá ocorrer mediante prévia anuência do PODER CONCEDENTE, observadas as condições fixadas neste contrato e desde que não se coloque em risco a execução do objeto.

**16.3.** A transferência da concessão somente poderá ser autorizada depois de realizadas as manutenções, reformas, construções e investimentos necessários para operação do Estádio Municipal, e mediante a comprovação do compromisso de cumprimento regular das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA. Para fins de obtenção da anuência para a transferência da concessão, o interessado deverá:

**16.3.1.** Atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica, fiscal e trabalhista necessárias à assunção do objeto da concessão;

**16.3.2.** Prestar e manter as garantias pertinentes, conforme o caso;

**16.3.3.** Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste contrato.

**16.4.** A transferência total ou parcial da concessão, sem a prévia autorização do PODER CONCEDENTE, implicará a caducidade da concessão.

**16.5.** Para fins da autorização de que trata esta cláusula, o PODER CONCEDENTE examinará o pedido apresentado pela CONCESSIONÁRIA no prazo de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, caso necessário, podendo, a seu critério, solicitar esclarecimentos e documentos adicionais à CONCESSIONÁRIA, ao eventual interessado e ao(s) financiador(es), bem como convocar os acionistas controladores da CONCESSIONÁRIA e promover quaisquer outras diligências que considerar adequadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**17.1.** Consoante o [art. 45 da Lei Federal n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm), a Administração poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – COMPLIANCE**

18.1. As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa ([Lei Federal nº 8.429/1992](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm)) e a [Lei Federal nº 12.846/2013](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm) (em conjunto, "Leis Anticorrupção") e, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados. No exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições, ou ainda em relação a quaisquer outros negócios envolvendo o CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:

**a)** Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

**b)** Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das Leis Anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores e colaboradores ou terceiros por ela contratados;

**c)** A violação das Leis Anticorrupção e/ou da obrigação de monitoramento será considerada infração grave a este contrato e consistirá em justa causa para sua rescisão motivada, a critério do CONTRATANTE, sem qualquer ônus para este e sem prejuízo da cobrança das perdas e danos decorrentes da infração;

**d)** A CONTRATADA declara que não sofreu nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionados ao descumprimento das Leis Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro e que suas atividades estão em conformidade com as Leis Anticorrupção, obrigando-se a informar ao CONTRATANTE imediatamente caso seja iniciada qualquer investigação de suas atividades com base em quaisquer das Leis Anticorrupção.

**18.2.** Aplicam-se, ainda, os princípios e normas estabelecidos no Código de Conduta da Prefeitura de Balneário Camboriú e as disposições da [Lei Federal nº 12.846/2013](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm).

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CASOS OMISSOS**

**19.1.** Este contrato rege-se pelas disposições expressas na [Lei Federal nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm), [Lei Municipal nº 4.903/2024](https://leismunicipais.com.br/a1/sc/b/balneario-camboriu/lei-ordinaria/2024/491/4903/lei-ordinaria-n-4903-2024-autoriza-o-chefe-do-poder-executivo-municipal-a-firmar-contrato-de-concessao-de-uso-do-estadio-municipal-eduardo-zeferino-para-exploracao-na-forma-que-especifica-e-da-outras-providencias?q=4903%2F2024) e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

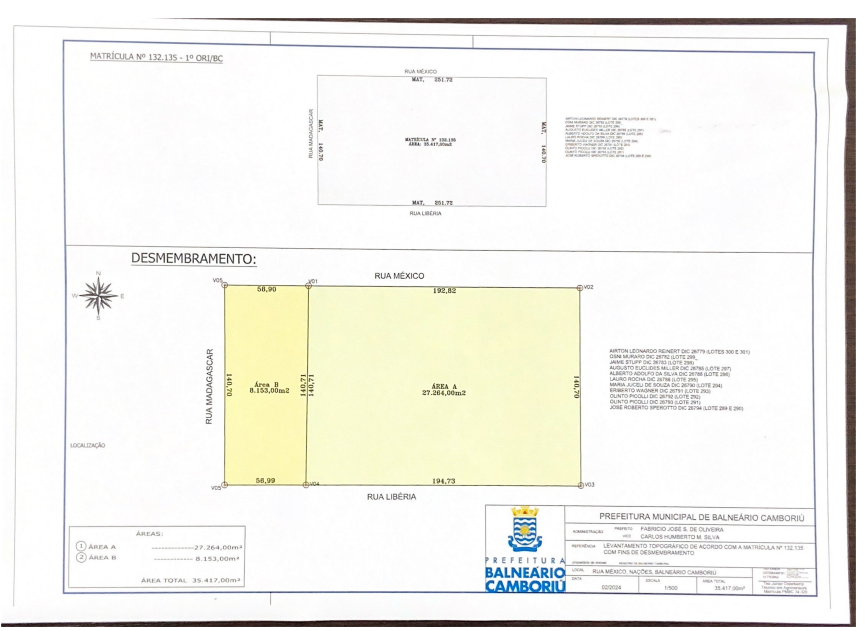
**20.1.** Fica eleito o foro de Balneário Camboriú, SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da execução do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os devidos efeitos legais.

Balneário Camboriú, SC, \*\* de \*\*\*\*\*\* de \*\*\*\*.

|  |  |
| --- | --- |
| **FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA**  Prefeito  Poder Concedente | **XXXXXXXXXXXXX**  XXXXXXXXXXXX  Concessionária |
| **JULIANA SERRÃO KURTH DAMÁZIO**  Secretária de Gestão Administrativa | **SAMARONI BENEDET**  Secretário de Compras |
|  |  |

**ANEXO XII - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DA ÁREA**

****